

“DA LAMA AO CAOS”: REFLEXÕES SOBRE A CRISE AMBIENTAL E AS RELAÇÕES ESTADO-EMPRESA- SOCIEDADE

Yuna Fontoura¹

Flávia Naves²

Armindo dos Santos de Sousa Teosósio³

Marcus Vinicius Peinado Gomes⁴

Posso sair daqui para me organizar
Posso sair daqui para desorganizar
Da lama ao caos, do caos à lama
Um homem roubado nunca se engana.
(Chico Science, Nação Zumbi)

INTRODUÇÃO

Em 2015, o rompimento da barragem de rejeitos da mineradora Samarco – uma *joint-venture* entre a Vale S.A. e a anglo-australiana BHP Billiton – no município de Mariana, Minas Gerais, causou impactos socioambientais gravíssimos (MPF, 2016; IBAMA, 2015).

¹ Doutora em Administração pela Fundação Getúlio Vargas. Professora Adjunta da Fundação Getúlio Vargas. <http://lattes.cnpq.br/0192715697891274>. <https://orcid.org/0000-0003-2908-7448>. yuna.fontoura@fgv.br. Endereço para correspondência: Rua Jornalista Orlando Dantas, 30, Ed. Roberto Campos, Botafogo, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. CEP: 22231-010. Telefone: (55 21) 30832410.

² Doutora em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Professora Associada da Universidade Federal de Lavras. <http://lattes.cnpq.br/4629357550786692>. <https://orcid.org/0000-0003-2501-8904>. flanaves@ufla.br.

³ Doutor em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas. Professor Adjunto da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. <http://lattes.cnpq.br/2167878748442691>. Orcid não informado. armindo.teodosio@gmail.com.

⁴ Doutor em Administração Pública e Governo pela Universidade Federal de Minas Gerais. Lecturer na Cardiff University. <http://lattes.cnpq.br/5230203400615261>. <https://orcid.org/0000-0001-5488-249X>. gomesm@cardiff.ac.uk.

40 milhões de metros cúbicos de rejeitos oriundos do rompimento da barragem percorreu mais de 600 km e causou destruição à flora e fauna no Rio Doce, além de 19 mortes e a destruição do subdistrito de Bento Rodrigues, o que afetou drasticamente a vida de mais de 300 famílias na região (Passarinho, 2019; Parreiras, 2018). Infelizmente, em 2019, Minas Gerais é novamente palco de mais um desastre de grandes proporções envolvendo mineração: o rompimento da barragem que continha um volume de 12,7 milhões de metros cúbicos de rejeitos da mineradora Vale S.A., em Brumadinho. Se não maior em termos de impactos ambientais em relação à Mariana, Brumadinho já é maior em casos de fatalidade: mais de 220 vítimas fatais (G1, 2019).

Apesar de diferentes estudos científicos, em diferentes campos do saber destacarem os impactos e conflitos causados pela atividade mineradora no acirramento da degradação ambiental e até mesmo na perpetuação da pobreza e da desigualdade social em diferentes regiões do mundo (Banerjee, 2017; Kraemer, Whiteman & Banerjee, 2013; Gifford, Kestler & Anand, 2010; Bebbington *et al.*, 2014), ainda assim, casos como o de Mariana, 2015 e de Brumadinho, 2019, são defendidos como “acidentes” pelas corporações responsáveis por estas operações. Esse cenário de grandes contradições e impactos, apontam para a construção e prevalência de uma narrativa ilusória da realidade e nos faz questionar a intensificação da atividade mineradora, as práticas empresariais que a conduzem e seu impacto, em especial, no Sul Global.

Neste dossiê temático “*Da lama ao caos*”: *reflexões sobre a crise ambiental e as relações Estado-empresa-sociedade*”, levantamos a necessidade de se aprofundar o debate em torno da relação entre atores governamentais, organizações empresariais, notadamente grandes corporações, e sociedade civil em relação a conflitos e impactos ambientais causados pela atividade mineradora. Muitos estudos sobre esses temas têm sido produzidos no campo da Administração, porém, na maioria das vezes são desenvolvidos a partir de abordagens teóricas pouco crítico ou reflexivas e pautadas

por uma ênfase economicista, gerencialista e relegando ao Estado um papel de regulação apenas (Bo, Böhm & Reynolds, 2018). Além disso, multiplicam-se estudos sem compromisso de romper as fronteiras dos saberes ou estabelecer diálogos entre universidade e sociedade. Dentre os temas recorrentes que abordam as relações entre Estado, empresas e sociedade estão a Responsabilidade Social Empresarial (RSE) e a ética empresarial. Contudo, prevalecem publicações acríticas, contribuindo para a perpetuação da hegemonia corporativa.

Após o rompimento da Barragem da Samarco, várias pesquisas (por exemplo Carneiro, 2019; Passos, Coelho & Dias, 2018; Silva, Boava & Macedo, 2016; Souza *et al.*, 2016; Vieira, 2017) surgiram buscando resgatar a “história não contada” pela mídia oficial, órgãos públicos e empresas. Mesmo assim, considerando a profunda necessidade de mudança no contexto da mineração no país e no mundo, tais debates no meio acadêmico ainda são incipientes. Assumindo esse debate frente a sociedade estão movimentos sociais tais como o Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM) e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Muitas vezes esses movimentos estão articulados com universidades, centros de pesquisa e até órgãos públicos⁵, lutando por resultados sociais mais significativos e viabilizando produção acadêmica e técnica continuada sobre o tema⁶.

Os trabalhos mais críticos (e a ausência deles) revelam que o debate sobre a responsabilidade social empresarial no setor de mineração é um tema que precisa ser tratado prioritariamente pelo meio acadêmico e também pela sociedade. No caso do rompimento das barragens da Samarco, em Mariana, a empresa foi formalmente

⁵ Como exemplo de tais articulações podemos citar a construção do Jornal A Sirene, produzido pelos atingidos pelo rompimento da barragem da Samarco, em parceria com UFOP, ministério público e outras organizações da sociedade civil.

⁶ Dentre os grupos de pesquisa que mantém parceria com movimentos sociais e sociedade e produção de referência sobre impactos da mineração podemos citar o Núcleo de Pesquisa Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade (POeMAS) da Universidade Federal de Juiz de Fora e o Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais (GESTA) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

responsabilizada por crimes ambientais, crimes contra o ordenamento urbano e patrimônio cultural, crime de inundação, homicídios, crimes de desabamento/desmoroamento e crimes de lesão corporal (MPF, 2016), mas desde 2015 ela tem se furtado a assumir suas responsabilidades com a sociedade e reparar os danos causados. Manifestando seu poder e desafiando os limites das sociedades nas quais estão inseridas, as empresas mineradoras transferem tanto no curto quanto no médio e longo prazos os custos incalculáveis de suas ações para a sociedade, negando-se a assumir suas responsabilidades. Neste sentido, discutimos a seguir as possibilidades e limitações da RSE, particularmente no âmbito da mineração, apresentamos os trabalhos que compõem esse dossiê e explicitamos algumas conclusões decorrentes dessa reflexão.

PARA ALÉM DA RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL

A expressão Responsabilidade Social Empresarial tem sido incorporada ao senso comum, servindo como uma referência positiva das ações empresariais, como um parâmetro inerente às suas atividades, o que constitui parte da narrativa ilusória que mencionamos no início desse texto. Essa ilusão funciona como um mecanismo que legitima as práticas predatórias de empresas, ocultadas sob a ótica da RSE. Em outras palavras, como ideologia, a RSE contribui para tornar invisíveis as contradições existentes entre as atividades empresariais e a noção de bem social (Cederström & Marinetto, 2013; Scherer & Palazzo, 2011).

O poder das corporações se fortalece ao legitimar discursos empresariais responsáveis, que na prática produzem ações de desprezo pelo bem-estar social. O discurso de SER, coerente com a ideologia neoliberal, reafirma a redução da intervenção do Estado e a desqualificação da sociedade civil quanto agente de controle das práticas e estratégias empresariais vis-à-vis as questões de interesse social. Ou seja, a RSE tem papel de minar a participação e reduzir a importância dos demais grupos afetados pela

mineração, colocando-os à margem das decisões e, desta forma, perpetuando relações assimétricas de poder com os selos da responsabilidade e da ética.

Nos últimos 70 (setenta) anos, a visão clássica da RSE (pesquisa e prática) prescreveu princípios do que seriam as melhores práticas para as empresas e seus gestores, com o objetivo de aumentar o valor para os acionistas e atender aos interesses das partes afetadas pelo negócio (*stakeholders*) (Flaming, Roberts & Garsten, 2013; Carroll, 2015; Jamali, Sidani & El-Asmar, 2009; Porter & Kramer, 2006; 2011). Como reflexo, vemos a difusão destas teorias nos cursos de Administração, nos programas de MBA, nos *websites* corporativos e nas estratégias das organizações da sociedade civil organizada (Flaming, Roberts & Garsten, 2013; De Bakker, Groenewegen & Den Hond, 2005).

Desde a década de 1980, observamos a proliferação dos relatórios de RSE em resposta às críticas generalizadas sobre o impacto social e ambiental causados por grandes mineradoras. Tais documentos não impediram operações irresponsáveis das grandes empresas em países em desenvolvimento (Ehrnström-Fuentes, 2016; Nyberg & Wright, 2015; Moog, Spicer & Böhm, 2014; Banerjee, 2014; Adanhounme, 2011). Pelo contrário, Gilberthorpe e Banks (2012) afirmam que o surgimento da RSE nas indústrias extrativas é uma tentativa de legitimar o setor após anos de desastres ambientais e de desconsideração dos direitos de populações atingidas.

Os exemplos anteriormente mencionados de Mariana e Brumadinho⁷, e de muitos outros do Sul Global, revelam o distanciamento do que tem sido fortemente proclamado como um comportamento corporativo ético, social, responsável e ambientalmente consciente nos relatórios de RSE do que realmente está acontecendo com as pessoas e o meio ambiente em contextos de subalternidade. Atores diretamente afetados pelas empresas de mineração, como povos indígenas,

⁷ As dimensões desses crimes fizeram com que ganhassem destaque. Contudo, na América Latina (ver Instituto Humanitas Unisinos, 2018) e Brasil (ver, entre outros, Congilio & Silva Moreira, 2016) práticas irresponsáveis das mineradoras tem se repetido com grande frequência, sem alarde da mídia e sem estudos aprofundados.

camponeses, trabalhadores rurais, pescadores, artesãos, movimentos sociais, cooperativas e pequenas empresas, entre outros, têm sido histórica e socialmente desconsiderados ou apagados das estratégias de grandes empresas e de muitos estudos, mesmo quando são dedicados especificamente a RSE. Contudo, em termos ecológicos, essas pessoas são geralmente as mais afetadas pelo declínio dos sistemas planetários e pelas consequências negativas da mudança climática (Lanka, Khadaroo & Böhm, 2017; Littlewood, 2014; Whiteman, Walker & Perego, 2013; Banerjee, 2010). Até mesmo organismos internacionais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), historicamente alinhados com a versão clássica da SER, reconheceram que grandes projetos de mineração, não contribuem ou contribuem muito pouco para o desenvolvimento local e para a redução da pobreza, por exemplo (Castel-Branco, 2010).

Considerando as limitações das visões clássicas da RSE, abordagens recentes (Scherer & Palazzo, 2011; 2016) tentaram superar a instrumentalização para a maximização dos lucros empresariais. Por exemplo, os defensores da RSE Política defendem “um modelo estendido de governança [...] no qual atores privados, como corporações e organizações da sociedade civil, desempenhem um papel ativo na regulação e controle democrático das transações de mercado” (Scherer & Palazzo, 2011: 901). Outras pesquisas, com uma perspectiva crítica, afirmam que, embora a RSE Política tenha dado grande contribuição ao debate em RSE, ela ainda falha em não acomodar diferentes vozes legítimas nas atividades de extração de recursos naturais (Banerjee, 2017; 2014; 2008) e também por ainda colocar o poder corporativo privado como centro da análise investigativa, negligenciando demais atores e seus esforços progressivos de mudança (Levy, Reinecke & Manning, 2016; Fooks *et al.*, 2013; Whelan, 2012; Sanders, 2012). No que tange aos conflitos entre corporações, comunidade e o Estado em operações de mineração e extração, Banerjee (2017, p. 15) destaca:

Marginalized communities that are the most impacted by extractives have little or no formal authority to negotiate projects at the international or national level. Even when consultation is legally specified, they are conducted in vastly unequal conditions that favor corporations and their associations leaving communities at a disadvantage.

Além disso, o autor ressalta que os contextos de operação de mineração e extração são marcados por conflitos contínuos em relação à extração de recursos naturais, pois a violência direta caracteriza-se como uma forma concreta que os mais vulneráveis encontram para desafiar a situação hegemônica da corporação. Neste caso, o conflito é uma resposta às assimetrias estruturais e discursivas de poder entre as comunidades locais – comumente as mais afetadas pela mineração- e as corporações, o que gera uma lacuna na governança entre elas. Essas comunidades marginalizadas possuem pouca ou nenhuma autoridade em processos deliberativos de RSE Política, tanto no âmbito nacional quanto internacional (Banerjee, 2017).

As abordagens críticas, que se opõem a perspectiva clássica da RSE, apontam que para avançar na concepção e na prática da RSE é fundamental que atores sociais subalternizados sejam efetivamente incorporados no debate e na definição de estratégias com esse foco. Diante das limitações apresentadas pela RSE (teoria e prática) em promover um modelo mais responsável e ético sobre o “bem comum” em diferentes territórios, bem como pela própria natureza da grande organização privada, destacamos neste ensaio que a relação entre comunidades locais, trabalhadores, governo local e corporações em conflitos sociais e ambientais é marcada por uma negação tácita das identidades das pessoas (que atuam pela organização e fora dela), da natureza, das organizações da sociedade civil e do governo (Wildhagen *et al.*, 2016; Abramovay, 2012; Gomes, 2014; Vasconcelos, Alves & Pesqueux, 2012). Ao mesmo tempo em que são negadas algumas identidades e existências, as grandes corporações incorporam a natureza (da qual dependem fundamentalmente), extraindo ricos materiais e água pura do solo, incorporam pessoas como trabalhadores em atividades

de alto risco e muitas vezes mal remuneradas, incorporam agentes governamentais como apoiadores por meio de negociações obscuras e antiéticas e incorporam membros da sociedade civil que são cooptados e usados na defesa dos interesses empresariais. Aqueles que são ignorados social e politicamente na definição das estratégias corporativas da mineração são incorporados como engrenagens de uma máquina cujo interior não se pode ver. Curiosamente, as relações de dependência são trocadas: apagam-se a dependência que a corporação tem de tais “engrenagens” e cria-se a imagem de comunidade, regiões e estados (como Minas Gerais) totalmente dependentes dos interesses e atuação das empresas mineradoras e do capital internacional que as mantém. As ações e o discurso de RSE funcionam perfeitamente como mecanismos simbólicos que legitimam tal dependência, neutralizam conflitos e invisibilizam riscos e impactos da atividade. Trata-se, novamente de um exercício de construção de narrativa ilusória que tem impactos concretos sobre a realidade social de forma tal que comunidade, sociedade civil e o governo sofrem com uma dependência real da mineração ou o que chamamos de “vício da mineração”, ou ainda de “minério-dependência”.

Diante desse cenário, defendemos a necessidade de problematização (nos campos social, político, ambiental, cultural e econômico) sobre a forma como grandes mineradoras elaboram e divulgam suas políticas de RSE (Kraemer, Whiteman & Banerjee, 2013; Banerjee, 2017), e, acrescentamos ainda sobre os mecanismos de fiscalização existentes ou que podem ser construídos sobre tais políticas.

Um balanço dos debates teóricos sobre RSE e sobre as práticas corporativas no setor de mineração apontam para a necessidade de compreender tal fenômeno sob a ótica de outros atores sociais que têm sido excluídos dos debates, empobrecendo a teoria e a capacidade da ciência social de se fazer efetivamente social, bem como impedindo a prevenção, punição e correção de crimes contra direitos humanos nas regiões nas quais se propaga a mineração.

Além disso, propomos mais estudos que reflitam a crise ambiental e as relações Estado-Empresa-sociedade, para além do *mainstream* das melhores práticas da RSE em Administração. Sugerimos a utilização de lentes que tratem de relações e campos de poder, de identidades e de relações de (neo)colonialismo, dentre outras abordagens crítico-reflexivas, enfatizando a dimensão territorial bem como o papel dos discursos e narrativas.

APRESENTAÇÃO DOS ARTIGOS

O objetivo desse dossiê temático é proporcionar um espaço de aprofundamento nas discussões sobre as relações Estado, sociedade e mercado, problematizando de forma crítica e reflexiva os desdobramentos dessas interações. Curiosamente, os artigos se aprofundam em atividades extrativistas, o que para nós reflete as angústias e inquietações dos pesquisadores frente aos crescentes impasses neste campo de lutas, caracterizado por relações de poder assimétricas, que se tornam mais evidentes diante de tragédias-crimes corporativos como os casos de rompimento das barragens da Samarco, em Mariana e da Vale, em Brumadinho, ambos em Minas Gerais. Finalizamos o tópico anterior afirmando a necessidade de analisar o contexto da atividade mineradora, sobretudo em países do sul Global por meio de outras lentes, um processo importante para compreender, de fato e criticamente, a responsabilidade social das corporações que atuam nesse setor.

Coerente com essa perspectiva, os artigos deste dossiê propõem abordagens crítico-reflexivas e de enfoque qualitativo em torno dos processos simbólicos, relativos à indeterminação e à grande desconfiança em relação aos discursos universalizados ou da totalizantes em torno da mineração. Os trabalhos se voltam para as singularidades dos atingidos pelo rompimento da barragem de rejeitos em Mariana, para as relações de poder no contexto da atividade de mineração, para as formas de construção de legitimidade por parte das empresas mineradoras e também para as lutas de

resistência, sobretudo, por meio da construção de novas subjetividades e novos laços comunitários que permitem a ressignificação de trajetórias e vidas.

Em “A Catástrofe como Perpetuadora da Sociedade Unidimensional” Pamella Ferreira e Carolina Saraiva desenvolvem uma análise crítica em que relacionam a obra *A ideologia da Sociedade Industrial: o homem unidimensional* do filósofo e sociólogo alemão, Herbert Marcuse, e o movimento “Justiça sim, desemprego não! #FicaSamarco”, contra a paralização das operações da Samarco na cidade de Mariana após o rompimento da barragem de rejeitos em 2015. Discutindo esse movimento inusitado, as autoras apontam a prevalência da racionalidade instrumental que suprime a individualidade dos sujeitos que, no contexto analisado, passam a ser uma extensão da própria empresa. O artigo estimula o questionamento sobre o poder e a dominação exercidos pelas corporações nos territórios da mineração. As autoras problematizam o movimento “Justiça sim, desemprego não! #FicaSamarco” para além de uma manifestação espontânea da sociedade civil, sendo um reflexo das amarras na ordem da consciência e da afluência da sociedade unidimensional.

Luís Fernando Andrade Silva, Valderí de Castro Alcântara e André Luiz de Paiva, no trabalho intitulado “Contradições do espaço social: estudo das representações produzidas pelos atingidos pela mineração de ouro em Paracatu, MG”, refletem sobre a produção e circulação de representações dos atingidos pela mineração do ouro em Paracatu, Minas Gerais. A relevância desse estudo se dá justamente no deslocamento da centralidade de análise da grande corporação privada, trazendo à tona as vozes subalternizadas pela atividade mineradora. Partindo das representações dos atingidos pela mineração em área urbana, os autores destacam a importância em se compreender esse espaço contraditório, ou os contra-espacos em contextos conflitos socioambientais como aqueles da mineração. Os autores apontam que a compreensão do espaço contraditório e o foco nas representações de atores subalternizados são

passos para a transformação da atuação empresarial, que desconsidera a importância das comunidades, seus locais e relações.

João Vitor de Castro Ribeiro, Diego Luiz Teixeira Boava e Fernanda Maria Felício Macedo também buscam dar visibilidade às vozes negligenciadas na relação Estado-empresa-sociedade, especificamente os agentes públicos da cidade de Mariana, diante do rompimento da barragem de rejeitos da Samarco em 2015. O artigo “O rompimento da Barragem da Samarco e a construção de significados: o caso de agentes públicos de órgãos de amparo e socorro aos atingidos pela lama” se propõe a compreender o processo de construção de significado (*sensemaking*) por meio da subjetividade destes agentes em um momento do rompimento da barragem da Samarco em Mariana. Os agentes públicos em questão têm uma visão peculiar sobre os fatos já que não sofreram danos diretos, mas tiveram contato e auxiliaram diretamente as vítimas. No processo de reorganização de significados, após prestarem socorro às vítimas e terem suas rotinas afetadas, a pesquisa identifica um reposicionamento dos agentes públicos como “atingidos” em um processo de ressignificação do trabalho.

Finalmente, o trabalho de Janaína Pinto, intitulado “Reflexões sobre o papel da RSE em cenários de conflito socioambiental: o caso da siderúrgica CSA na periferia carioca de Santa Cruz”, traz o relato de uma experiência de pesquisa e também de resistência, reforçando a importância da aproximação entre academia e sociedade e também a importância da atuação de grupos da sociedade civil que se mobilizam e correm riscos enfrentando e denunciando grandes corporações. O texto problematiza o papel da RSE em situações de conflitos ambientais e como essas ações ajudam a perpetuar cenários de violação crônica de direitos humanos. O foco é a atuação da Siderúrgica CSA na periferia da cidade do Rio de Janeiro, mais especificamente, em Santa Cruz, para desenvolver sua “provocação” sobre a RSE como canal para legitimação e naturalização dos impactos socioambientais de grandes empreendimentos. A autora afirma ao final que, enquanto for defendida pelas organizações nestes moldes, com o respaldo do

Estado e da sociedade, a Responsabilidade Social Empresarial não fará jus ao próprio nome.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pesquisas sobre as relações entre empresas, sociedade e Estado perpassam diferentes campos organizacionais, relações de poder, construção de subjetividades, processos culturais, estruturais, temporais, situacionais e territoriais, em especial quando relacionados aos desafios impostos pelas crises ambientais e os limites planetários, o que implica um grande desafio (Abramovay, 2012, Guimarães & Fontoura, 2012, Levésque, 2007). Desafio que se amplia com a necessidade de considerarmos alternativas metodológicas e epistemológicas que problematizem com uma perspectiva do Sul e de forma crítica os discursos, as relações de poder, as diferentes vozes negligenciadas no processo organizativo entre corporações, organizações governamentais e sociedade civil (Fontoura & Naves, 2016; Otto & Böhm, 2016).

Tais considerações de fazem necessárias, sobretudo, quando estamos tratando de Responsabilidade Social Empresarial, termo cada vez mais presente no senso comum, que tem sido utilizado para legitimar práticas predatórias de empresas em todos os setores, inclusive na mineração. As práticas de RSE guiadas por um viés conservador, têm funcionado para deslegitimar e apagar o papel de outros atores sociais e do próprio Estado na definição dessa responsabilidade e no controle sobre as ações empresariais. Por essa razão é preciso rever tais políticas de forma a garantir a ativa participação de outros atores sociais subalternizados no contexto de atuação da mineração.

Defendemos a necessidade de problematização (nos campos social, político e acadêmico) sobre a forma como grandes mineradoras elaboram e divulgam suas políticas de RSE (Kraemer, Whiteman & Banerjee, 2013; Banerjee, 2017), e, também

sobre os mecanismos de fiscalização existentes ou que podem ser construídos sobre tais políticas.

Os artigos deste dossiê, por sua vez, reforçam a necessidade e a possibilidade de realizar pesquisas sobre as relações Estado-empresa-sociedade, bem como sobre responsabilidade social empresarial partindo de óticas menos conservadoras, usando aportes teóricos e metodológicos que garantam visibilidade a atores e fenômenos sociais que, tanto na perspectiva empírica como acadêmica têm sido mascarados por meio de um processo que denominamos aqui de construção narrativa ilusória da realidade, reflexo da desigualdade de poder e prevalência de uma ideologia neoliberal que tende a apagar outras narrativas concretas, principalmente em países do Sul Global.

Esperamos com esse debate contribuir para descortinar a narrativa ilusória que predomina em nossas sociedades. Não se pode chamar de “acidente” todo novo crime contra a natureza, a sociedade, a cultura (independentemente de suas proporções), que se revela ação premeditada em defesa de lucros crescentes, enquanto direitos humanos, vidas, histórias, possibilidades e formas alternativas de desenvolvimento são contínua e permanentemente destruídas. A responsabilidade por tais ações é ironicamente ocultada por um discurso de RSE, enquanto os custos são repassados a uma sociedade cada vez mais fragilizada e com profundos limites de recuperação.

REFERÊNCIAS

Abramovay, Ricardo (2012). *Muito além da economia verde*. São Paulo: Atlas.

Adanhounme, Armel (2011). Corporate social responsibility in postcolonial Africa: another civilizing mission? *Journal of Change Management*, 11(1), 91-110.

Banerjee, Subhabrata B. (2017). Transnational power and translocal governance: The politics of corporate responsibility. *Human Relations*, 71(6), 796-821.

Banerjee, Subhabrata B. (2014). A critical perspective on corporate social responsibility. *Critical Perspectives on International Business*, 10(1-2), 84-95.

Banerjee, Subhabrata B. (2010). Governing the global corporation: a critical perspective. *Business Ethics Quarterly*, 20(2), 265-274.

Banerjee, Subhabrata Bobby (2008). Corporate social responsibility: the good, the bad and the ugly'. *Critical Sociology*, 34(1), 51-79.

Bebbington, Anthony, Bebbington, Denise H., Bury Jeffrey, Lingan, Jeannet, Muñoz, Juan P., & Scurrah, Martin (2008). Mining and social movements: struggles over livelihood and rural territorial development in the Andes. *World Development*, 36(12), 2888-2905.

Bo, Le, Böhm, Steffen, & Reynolds, Noelia-Sarah (2018). Organizing the Environmental Governance of the Rare-Earth Industry: China's passive revolution. *Organization Studies*. <https://doi.org/10.1177/0170840618782278>.

Carneiro, Dayana C. B. (2017). *Comunicação organizacional e discurso: disputa de sentidos na fanpage da Samarco a partir da ruptura da barragem de fundão em Mariana-MG*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, MG, Brasil.

Carroll, Archie (2015). Corporate social responsibility (CSR) is on a sustainable trajectory. *Journal of Defense Management*, 5(2), 1-3.

Castel-Branco, Carlos N. (2010). *Economia extractiva e desafios de industrialização em Moçambique*. Maputo: Instituto de Estudos Sociais e Econômicos.

Cederstrom, Carl & Marinetto, Michael (2013). Corporate social responsibility à la the liberal communist. *Organization*, 20(3), 416-432.

Congilio, Celia R. & Silva Moreira, Edma S. (2016). A resistência aos grandes projetos de mineração do ferro no sudeste paraense. *Revista de Políticas Públicas*, 20(n.esp.),105-115.

De Bakker, Frank G., Den Hond, Frank, King, Brayden & Weber, Klaus (2013). Social movements, civil society and corporations: Taking stock and looking ahead. *Organization Studies*, 34(5-6), 573-593.

De Bakker, Frank, Groenewegen, Peter, & Den Hond, Frank (2005). A bibliometric analysis of 30 years of research and theory on corporate social responsibility and corporate social performance. *Business & Society*, 44(3), 283-317.

Ehrnström-Fuentes, Maria (2016). Deliniking legitimacies: a pluriversal perspective on political CSR. *Journal of Management Studies*, 53(3), 433-462.

Flaming, Peter, Roberts, John & Garsten, Christina (2013). In search of corporate social responsibility. *Organization*, 20(3), 337-348.

Fligstein, Neil (1996). Market as politics: a political-cultural approach to market institutions. *American Sociological Review*, 61(4), 656-673.

Fontoura, Yuna & Naves, Flávia (2016). Movimento agroecológico no Brasil: a construção da resistência à luz da abordagem neogramsciana. *Organizações & Sociedade*, 23(77), 181-184.

Fooks, Gary, Gilmore, Anna, Collin, Jeff, Holden, Chris & Lee, Kelley (2013). The limits of corporate social responsibility: techniques of neutralization, stakeholder management and political CSR. *Journal of Business Ethics*, 112, 283-299.

G1 (2019). *Barragem da Vale se rompe em Brumadinho, MG*. Recuperado em 01, fevereiro, 2019 de: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2019/01/25/bombeiros-e-defesa-civil-sao-mobilizados-para-chamada-de-rompimento-de-barragem-em-brumadinho-na-grande-bh.ghtml>.

Gifford, Blair, Kestler, Andrew, & Anand, Sharmila. (2010). Building local legitimacy into corporate social responsibility: Gold mining firms in developing nations. *Journal of World Business*, 45(3), 304-311.

Gilberthorpe, Emma & Banks, Glen (2012). Development on whose terms? CSR discourse and social realities in Papua New Guinea's extractive industries sector. *Resources Policy*, 37(2), 185-193.

Gomes, Marcus (2014). Econegócios: como as grandes marcas capturam a agenda da sustentabilidade. *Revista de Administração de Empresas*, 54(1), 86-88.

Griffin, Jannifer & Mahon, John (1997). The corporate social performance and corporate financial performance debate: twenty-five years of incomparable. research. *Business & Society*, 36(5), 5-31.

IBAMA. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (2015). *Laudo técnico preliminar: impactos ambientais decorrentes do desastre envolvendo o rompimento da barragem de fundão, em Mariana, Minas Gerais*. Brasília: IBAMA.

IBAMA. Recuperado em 26, novembro, 2015 de http://www.ibama.gov.br/phocadownload/barragemdefundao/laudos/laudo_tecnico_pr_eliminar_ibama.pdf.

Instituto Humanitas Unisinos (2018). *Os maiores crimes ambientais a céu aberto na América*. Recuperado em 24, outubro, 2018 de: <http://www.ihu.unisinos.br/581721-os-maiores-crimes-ambientais-da-mineracao-a-ceu-aberto-na-america>.

Jamali Dima, Lund-Thomsen, Peter & Khara, Navjote (2015). CSR institutionalized myths in developing countries: an imminent threat of selective decoupling. *Business & Society*, 56(3), 1-33.

Kraemer, Romy, Whiteman, Gail, & Banerjee, Bobby (2013). Conflict and astroturfing in Niyamgiri: the importance of national advocacy networks in anti-corporate social movements. *Organization Studies*, 34(5-6), 823-852.

Lanka, Sanjay, Khadaroo, Iqbal & Böhm, Steffen (2017). Agroecology accounting: biodiversity and sustainable livelihoods from the margins. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 30(7), 1592-1613.

Levésque, Benoit (2007). Contribuição da nova sociologia econômica para repensar a economia no sentido do desenvolvimento sustentável. *Revista de Administração de Empresas*, 47(2), 49-60.

Levy, David, Reinecke, Juliane & Manning, Stephan (2016). The political dynamics of sustainable coffee: contested value regimes and the transformation of sustainability. *Journal of Management Studies*, 53(3), 364-401.

Littlewood, David (2014). 'Cursed' communities? Corporate social responsibility (csr), company towns and the mining industry in Brazil. *Journal of Business Ethics*, 120(1), 39-63.

Moog, Sandra, Spicer, André & Böhm, Steffen (2014). The politics of multi-stakeholder governance initiatives: the case of the Forest Stewardship Council. *Journal of Business Ethics*, 128(3), 469-493.

Ministério Público Federal [MPF]. (2016). *Denúncia*. Recuperado em 01 de junho, 2017 de <http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/docs/denuncia-samarco>.

Nyberg, Daniel & Wright, Christopher (2015). Performative and political: corporate constructions of climate change risk. *Organization*, 23(5), 617-638.

Otto, Birke & Böhm, Steffen (2006). "The people" and resistance against international business: the case of the Bolivian "water war". *Critical Perspectives on International Business*, 2(4), 299-320.

Parreiras, Mateus (2018). *Três anos depois do rompimento da barragem do fundão, o pesadelo continua*. Recuperado em 08, fevereiro, 2019 de https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2018/11/04/interna_gerais,1002816/3-anos-apos-rompimento-da-barragem-do-fundao-o-pesadelo-continua.shtml.

Passarinho, Nathalia (2019). *Tragédia com barragem da Vale em Brumadinho pode ser a pior no mundo em 3 décadas*. Recuperado em 08, fevereiro, 2019 de <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47034499>.

Passos, Flora, L., Coelho, Polyana, & Dias, Adelaide (2017). *(Des)territórios da mineração: planejamento territorial a partir do rompimento em Mariana, MG. Cadernos Metropolitanos, 19(38), 269-297*.

Porter, Michael & Kramer, Mark (2011). The big idea creating shared value. *Harvard Business Review, 89(1), 2-17*.

Porter, Michael & Kramer, Mark (2006). Strategy and society: the link between competitive advantage and corporate social responsibility. *Harvard Business Review, 84(12), 78-92*.

Sanders, Paul (2012). Is CSR cognizant of the conflictuality of globalization? A realist critique. *Critical Perspectives on International Business, 8(2), 157-177*.

Scherer Andreas, Rasche, Andreas, Palazzo, Guido & Spicer, André (2016). Managing for political corporate social responsibility: new challenges and directions for PCSR 2.0. *Journal of Management Studies, 53(3), 273-298*.

Scherer, Andreas & Palazzo, Guido (2011). The new political role of business in a globalized world: a review of a new perspective on CSR and its implications for the firm, governance, and democracy. *Journal of Management Studies, 48(4), 899-931*.

Silva, Gessica, Boava, Diego & Macedo, Fernanda (2016). Refugiados de Bento Rodrigues: estudo fenomenológico sobre o desastre de Mariana, MG. *Anais do Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais*, Porto Alegre, RS, Brasil, IV.

Souza, Rosalia B., Andrade, Luis F. S., Baeta, Odemir V., & Brito, Mozar J. (2016). Gerenciamento de crise: análise do discurso da Samarco e sua representação midiática. *Encontro de Estudos Organizacionais*, Belo Horizonte, MG, Brasil, IX.

Vasconcelos, Isabella F. F. G., Alves, Mario A. & Pesqueux, Yvon (2012). Responsabilidade social corporativa e desenvolvimento sustentável: olhares Habermasianos. *Revista de Administração de Empresas*, 52(2), 148-152.

Vieira, Diovana R. (2017). Diálogos de um desastre: comunicação e discursos da Samarco/Renova em sua interlocução com os atingidos pela catástrofe socioambiental no Vale do Rio Doce. *Seminário de Ciências Sociais*, Vitória, ES, Brasil, 2.

Whelan, Glen (2012). The political perspective of corporate social responsibility: a critical research agenda. *Business Ethics Quarterly*, 22(4), 709-737.

Whiteman, Gail, Walker, Brian & Perego, Paolo (2013). Planetary boundaries: ecological foundations for corporate sustainability. *Journal of Management Studies*, 50(2), 307-336.

Wildhagen, Raquel O., Teodósio, Armindo S. S., Mansur, Yasmine S., & Mesa, Jorge A. P. (2016). Novas fronteiras teóricas para a responsabilidade social empresarial: o papel das empresas no desenvolvimento sustentável dos territórios. *Revista de Gestão Social e Ambiental*, 9(3), 3-23.

“DA LAMA AO CAOS”: REFLEXÕES SOBRE A CRISE AMBIENTAL E AS RELAÇÕES ESTADO-EMPRESA-SOCIEDADE

Resumo

O artigo apresenta o dossiê temático da Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade sobre as relações entre atores do Estado, do mercado, notadamente as corporações, e da sociedade civil em torno de conflitos socioambientais em territórios que são marcados pela atividade mineradora. São apresentados os artigos que compõem esse dossiê a partir de um pequeno balanço dos estudos sobre responsabilidade social empresarial, as relações intersetoriais (entre Estado, mercado e sociedade civil), os crimes corporativos e os conflitos socioambientais. São apontados os avanços e os desafios em termos do desenvolvimento de investigações críticas e engajadas em contextos marcados por relações de poder significativamente desiguais e pelas lutas por responsabilização das corporações diante dos crimes e ações sistemáticas de irresponsabilidade social e ambiental que praticam.

Palavras-chave

Responsabilidade Social Empresarial. Relações Intersetoriais. Mineração. Crimes Corporativos. Conflitos Socioambientais.

"DE LA LAMA AL CAOS": REFLEXIONES SOBRE LA CRISIS AMBIENTAL Y LAS RELACIONES ESTADO-EMPRESA-SOCIEDAD

Resumen

El artículo presenta el expediente temático de Farol – Revista de Estudios Organizacionales y Sociedad sobre las relaciones entre actores del Estado, del mercado, notadamente las corporaciones, y de la sociedad civil en torno a conflictos socioambientales en territorios que son marcados por la actividad minera. Se presentan los artículos que componen esta edición a partir de un pequeño balance de los estudios sobre responsabilidad social empresarial, las relaciones intersectoriales (entre Estado, mercado y sociedad civil), los crímenes corporativos y los conflictos socioambientales. Se señalan los avances y los desafíos en términos del desarrollo de investigaciones críticas y comprometidas en contextos marcados por relaciones de poder significativamente desiguales y por las luchas por responsabilización de las corporaciones ante los crímenes y acciones sistemáticas de irresponsabilidad social y ambiental que practican.

Palabras clave

Responsabilidad Social Empresarial. Relaciones Intersectoriales. La minería. Crímenes Corporativos. Conflictos Socioambientales.

"FROM MUD TO CHAOS": REFLECTIONS ON ENVIRONMENTAL CRISIS AND STATE-COMPANY-SOCIETY RELATIONS

Abstract

Our article presents the thematic dossier of Farol – Organization Studies and Society Journal about the relations between state actors, the market, especially corporations, and civil society around social and environmental conflicts in territories that are marked by mining activity. The articles that make up this edition are presented based on a small balance of studies on corporate social responsibility, intersectoral relations (between state, market and civil society), corporate crimes and social and environmental conflicts. The advances and challenges in terms of the development of critical and engaged investigations in contexts marked by significantly unequal power relations and by the struggles for corporations' accountability to the crimes and systematic actions of social and environmental irresponsibility that they practice are pointed out.

Keywords

Corporate Social Responsibility. Cross-Sector Interactions. Mining. Corporate Crimes. Socio-environmental conflicts.

CONTRIBUIÇÃO INDIVIDUAL

Yuna Fontoura

Responsável pela discussão, redação e revisão do trabalho.

Flávia Naves

Responsável pela discussão, redação e revisão do trabalho.

Armindo dos Santos de Sousa Teodósio

Responsável pela discussão, redação e revisão do trabalho.

Marcus Vinicius Peinado Gomes

Responsável pela discussão, redação e revisão do trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à **Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade**, na figura de seu editor, prof. Luiz Alex Saraiva, pela oportunidade de publicação desse dossiê temático, bem como por todo o suporte recebido por parte do periódico pela equipe de editoria especial. Agradecemos ainda os autores que submeteram artigos para o presente dossiê da revista, tornando a tarefa de avaliação e classificação bastante árdua, mas também muito gratificante. É importante também agradecer as agências de fomento à pesquisa científica no Brasil: CAPES, CNPq e FAPEMIG. Por fim, agradecemos e dedicamos esse dossiê temático da **Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade** a todos os homens e mulheres de diferentes classes sociais, etnias, orientações e opções sexuais e territórios, que continuam lutando contra a “minério-dependência” e cultivando o sonho, muitas vezes com bastante sofrimento pelos entes queridos desaparecidos pela lama criminosa das corporações mineradoras, de forma

que enfim possamos ter mais um avanço essencial para a cidadania socioambiental no estado de Minas Gerais: a conquista da “*libertas quae sera tamen*”.

DECLARAÇÃO DE INEDITISMO

Os autores declaram que o texto é inédito.

CONFLITO DE INTERESSES

Os autores declaram não haver conflito de interesses.

COMO CITAR

Fontoura, Yuna, Naves, Flávia, Teosódio, Armino S. S., & Gomes, Marcus V. P. (2019). “Da lama ao caos”: reflexões sobre a crise ambiental e as relações Estado-empresa-sociedade. *Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, 6(15), 17-41.